

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO DISTRITO DO CABURI/AM

Erliandro da silva melo¹
Orientador: Arcângelo da Silva Ferreira²

Resumo: A pesquisa intitulada “Desafios E Possibilidades Do Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira Em Uma Escola Estadual No Distrito Do Caburi/Am” apresenta-se como uma contribuição para as discussões sobre a questão da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas. A temática torna-se abrangente à medida que entende a necessidade de compreender a aplicabilidade da referida Lei no contexto escolar, no intuito de conhecer como se dá essa abordagem e sua importância para a valorização da cultura e do respeito à diversidade. A presente pesquisa se apropria da abordagem qualitativa em que apresenta características fundamentais que nos ajudarão a transitar em diferentes contextos da pesquisa. O estudo foi desenvolvido em uma escola pública estadual no Distrito do Caburi, localizado a 45 km em linha reta da cidade de Parintins, Estado do Amazonas. Os sujeitos de pesquisa foram 04(Quatro) professores de História e 1(um) coordenador pedagógico da escola. Para coleta e análise dos dados utilizou-se a técnica da observação participante e aplicação de uma entrevista estruturada. Os resultados mostram a relevância desse estudo em compreender como os educadores e os estudantes atuais têm sobre essa temática, visto que ela não fazia parte da formação inicial desses sujeitos ou era trabalhada de forma estereotipada. Dessa forma, é fundamental para a inserção da temática em escolas de comunidades do campo amazônico, uma vez que esta vem se tornando um dos elementos essenciais para que seja refeito o caminho pelo qual se construiu uma imagem negativa dos povos africanos. A partir daí, desconstruir ideologias e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que permeiam a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira, escolas públicas; diversidade; contexto amazônico.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país miscigenado, mas o entendimento que a mestiçagem não eliminou foi o racismo e o preconceito a grupos étnico-raciais historicamente considerados pela sociedade contemporânea como excluídos dos processos societários construídos até o presente. Os inúmeros e diversos povos indígenas, africanos e seus descendentes contribuíram de forma direta e decisiva na formação da sociedade brasileira e que levou ao crescimento econômico deste país. No entanto, vivenciaram e continuam vivenciando condições de exclusão social caracterizadas pela pobreza material, violência física e simbólica caracterizando desta forma na desvalorização cultural do seu povo.

A maioria da população brasileira é formada por negros e pardos, segundo pesquisas, o Brasil é o país com a segunda maior população de origem africana no

¹ Graduando do curso de História pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA

² Prof. Dr. em História Social na Amazônia (PPHIS/UFPA). Membro do Colegiado de História do CESP/UEA.

mundo. Mesmo com toda forma de violência que eles sofreram os povos africanos conseguiram introduzir em nossa cultura suas crenças, sua culinária e suas formas de sociabilidade e mesmo com toda essa riqueza da influência das matrizes africanas em nossa cultura, sabemos muito pouco sobre esse continente e sua cultura, pois, sabe-se que suas contribuições para a sociedade brasileira foi e será de incalculável valor cultural.

A força e a influência da cultura que os africanos reconstruíram em terras brasileiras são inegáveis. No entanto, até pouco tempo atrás essas contribuições culturais não eram reconhecidas ou valorizadas como deveriam; quando eram, remetiam a uma situação de diferença entre negros e brancos, pois, o que prevalecia era o etnocentrismo, o que levava a um pensamento nos termos raciais egocêntricos e não nos termos sociais.

Os livros didáticos, os noticiários dos jornais e outros meios de informação, na sua grande maioria, apresentam um conhecimento simplificado da África, que muitas vezes não permite estabelecer relações com a real importância do continente na construção de nosso país. Com a publicação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o trabalho com a temática cultura afro-brasileira e africana, parte da cultura africana passou a ser valorizada, e esse povo reconhecido e valorizado como ser humano, pois, essa é uma forma de reparar parte do sofrimento que eles passaram ao serem escravizados e discriminados.

Este trabalho de Conclusão de Curso visa discutir a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 no contexto escolar, a fim de conhecer como se dá essa abordagem e sua importância para a valorização da cultura e do respeito à diversidade em nossos dias atuais.

A promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira, significou um grande avanço na superação dos preconceitos contra os descendentes africanos, reconhecendo sua cultura, sua história e a contribuição para a formação da nossa sociedade. Entretanto, apesar de os profissionais reconhecerem a importância da Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE-CP nº 03/04), que traz orientações para o trabalho com a temática, acredita-se que falta aos profissionais conhecimentos desses documentos, e

seu conteúdo. Em face disso, este estudo tem como questão norteadora compreender: **Qual a compreensão que os educadores e os estudantes atuais têm sobre essa temática, visto que ela não fazia parte da formação inicial desses sujeitos ou era trabalhada de forma estereotipada?**

Nesta pesquisa, parto da compreensão de que precisamos pensar e refletir sobre a falta de conhecimento sobre o que é necessário ensinar e as condições de trabalho docente a que estão submetidos os professores no Brasil que em sua maior parte não possibilitam muitas vezes tempo de uma formação continuada e acesso a uma bibliografia consistente sobre a temática, visto que esta vai de encontro a uma série de preconceitos, paradgmas, mitos, valores cristalizados decorrente de uma formação historicamente equivocada construída sobre o continente africano e seus descendentes. Na educacao, a alarmante taxa de analfabetos na população maior de 15 anos resulta em partes das discriminações raciais e da veiculação de ideias racistas na escola, e somente uma educacao voltada para a pluralidade ético-racial é capaz de desconstruir o racismo e seus derivados dentro e fora do espaço escolar.

É necessário repensar também, os processos de formação ofertados aos professores das escolas públicas no contexto do campo, visando a mobilização de todos envolvidos no processo educacional e, principalmente, considerando e valorizando a cultura negra e suas subjetividades, levando em consideração os saberes e as múltiplas histórias dos povos tradicionais que ocupam o espaço rural da Amazônia e de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das escolas da zona rural do município de Parintins.

Esta se apropria da abordagem qualitativa por entendermos que ao nos debruçarmos em um determinado contexto não podemos apenas quantifica-los, mas buscarmos compreender o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que nos leva a entender que o desafio é aprender e ensinar novas relações de afetividades, construir ideias anti-racistas na mente dos alunos dessa forma sedimentalizar ações que possibilitem desenvolver na escola, novos métodos pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a mestiça identidade do povo brasileiro, o que certamente levará o aluno a conhecer suas origens e se identificar como sujeito integrante da sociedade.

Minayo (2013) afirma que realizar uma pesquisa com o enfoque qualitativo significa continuamente questionar os sujeitos de investigação com o objetivo de perceber aquilo que eles experimentam, os modos como eles interpretam as suas

experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem

Esses conjuntos de fenômenos humanos são vistos pela pesquisa qualitativa como parte de um todo que constitui a realidade social da qual o homem faz parte, sobre a qual reflete, pensa, age e transforma conscientemente, visto que o “ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Nesse sentido, entendemos que a pesquisa qualitativa nos possibilitará analisar os desafios e possibilidades do Ensino da história e a cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar rural de Parintins, permitindo ainda pensarmos o ensino da História a partir de uma perspectiva de mudança e transformação da realidade social dos sujeitos.

Nesse contexto, buscamos por meio das falas, das observações e dos símbolos a descoberta dos códigos sociais, da “lógica peculiar e interna” do grupo de professores e estudantes investigados durante o processo de pesquisa (MINAYO, p. 27) e, em virtude disso, optamos pelas contribuições da narrativa não apenas no contexto da pesquisa, mas também no contexto da formação de professores, com a finalidade de compreender como acontece o trabalho com a temática Cultura Afro-Brasileira dentro de sala de aula, nesse contexto, realizou-se uma pesquisa de campo, com professores da Escola Estadual de Caburi, instituição que oferta o Ensino Fundamental e Médio no Distrito de Caburi, município de Parintins desde 2010, constituindo-se como meu local de pesquisa. A escolha da instituição na comunidade deve-se a dois fatores: a viabilidade da realização da coleta de dados, dada à inserção do pesquisador no local, e a relevância do estudo do tema para a escola da comunidade haja vista que será um tema “novo” a ser apresentado aos alunos. Os sujeitos de pesquisa serão 04 (Quatro) professores de História e um coordenador pedagógico da escola estadual Caburi.

A coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, no intuito de efetuar a coleta dos dados previstos.

A pesquisa teve como foco principal entender como se dá o trabalho com a Cultura Afro Brasileira na instituição. Para apreensão dos dados da pesquisa, o estudo não será feito de forma aleatória. Para esse fim, utilizamos os métodos necessários para conduzir aos melhores resultados. Por considerar que não é possível reduzir a realidade à concepção dos homens, será necessário complementar e fazer o contraponto com os dados obtidos por meio das narrativas orais. Inclui também na imersão do local da pesquisa registros fotográficos.

Realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, um tipo de pesquisa descritiva, que consistiu em consultar vários autores que discutam a aplicação da Lei nº 10.693/03 e demais diretrizes relacionadas à temática em estudo, pontuando desafios, entraves culturais, sociais e políticos que dificultam o trabalho com a temática História da Cultura Afro-brasileira em escolas do campo rural.

Também realizamos uma entrevista de cunho livre e flexível com os sujeitos da pesquisa com encontros de acordo com a disponibilidade de horário de cada entrevistado, visando à compreensão das perspectivas das pessoas entrevistadas sobre suas experiências em sala de aula. Esses atores sociais tornaram-se partes imprescindíveis para a efetivação de cada etapa da pesquisa. Aos professores será garantido o caráter confidencial do estudo; para não afetar a imagem dos envolvidos, utilizaram-se as seguintes menções: **PROF A; PROF B; PROF C e PROF D** e para o coordenador pedagógico a designação **COORD 1**.

A entrevista é imprescindível na realização desta pesquisa, pois, como elucida Gil (2002), entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade e pode caracterizar-se como informal, focalizada, parcialmente estruturada e totalmente estruturada. A entrevista parcialmente estruturada se adequa ao estudo em evidência, pois ela “é guiada por relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (Gil, 2002, p. 117), contribuindo de forma mais precisa para que seus objetivos sejam alcançados. Este trabalho está dividido em introdução, desenvolvimento, dois tópicos e considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

A investigação do próprio espaço suscitou inicialmente em muitas apreensões, assim foi necessários mergulhar e conhecer por meio de outras perspectivas o espaço social e cultural de suas vivências e convivências. As questões das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa deram-se com dias e horários previamente agendados, desta forma a entrevistas com os professores e coordenador pedagógico escolar foi o que nos deram suporte para que a pesquisa fosse realizada de maneira ampla e organizada dentro do ambiente de estudo.

O tema em questão acentua-se no âmbito acadêmico, pois, em levantamento realizado na base de dados do repositório institucional da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, encontramos 4 (quatro) produções acadêmicas que condicionaram os olhares para o Ensino de História e a cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar rural de Parintins, o que possibilitou ao meu ver num melhor aproveitamento da temática.

Os dados mostram a relevância desse estudo em compreender como os educadores e os estudantes atuais pensam sobre essa temática, visto que ela não fazia parte da formação inicial desses sujeitos ou era trabalhada de forma estereotipada. Dessa forma, é fundamental para a inserção da temática em escolas de comunidades do interior, uma vez que esta vem se tornando um dos elementos essenciais para que seja refeito o caminho pelo qual se construiu uma imagem negativa e estereotipada dos povos africanos. A partir daí, desconstruir ideologias e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que permeiam a sociedade contemporânea, o que de certa forma afeta o trabalho dos docentes.

Assim, é importante destacar que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais, não se limitam à escola; exigem esforços da sociedade como um todo. De acordo com as Diretrizes Curriculares, as relações étnico-raciais devem-se criar oportunidades de aprendizagens, troca de conhecimento, desenvolvimento de projetos que visem à construção de uma sociedade justa, igualitária, equânime e que visem a inserção desses diferentes grupos étnicos.

**Tópico I- FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
Entrelaçamentos de experiências no ensino de história e cultura afro-brasileira**

As políticas governamentais que buscam melhorias para a categoria dos profissionais do magistério em muito contribuem para a permanência de professores na rede pública estadual de ensino. A decisão por exonerar-se da profissão é bastante problemática. Geralmente, ela está associada à insatisfação que se acumula ao longo da carreira. Por isso, as políticas públicas voltadas à educação necessitam garantir um atrativo maior para a profissão docente, a fim de que os mesmos não desistam depois de amplo processo formativo. Logo é necessária uma valorização docente que venha a fomentar a permanência do profissional, por meio de melhorias nas condições de trabalho, incentivos e promoções na carreira e uma apropriada estrutura remuneratória (NUNES; OLIVEIRA, 2017).

Quando questionamos sobre o *conhecimento da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE-CP nº 03/04) e como é a aplicabilidade no planejamento escolar do trabalho com a temática*, identificamos que na visão dos educadores entrevistados, a obrigatoriedade do trabalho com a temática representa um novo caminho para a desmistificação de alguns pensamentos e preconceitos construídos sobre os afrodescendentes. É um trabalho a ser realizado por toda a sociedade, e a escola tem grande responsabilidade nesse processo. As falas dos sujeitos demonstram que:

“É importante darmos continuidade na Educação Básica a esse trabalho de conscientização e valorização no que se refere à História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, uma vez que as nossas raízes e muitos de nossos costumes estão diretamente ligados ao povo africano” (PROF A).

“É de suma importância, pois, nos leva a buscar conhecimentos e conhecer a nossa cultura, a nossa formação, e mais do que isso, a realizar um trabalho contra o preconceito e valorizar a cultura africana, pois, dessa forma repassar aos nossos alunos o verdadeiro significado de diversidade cultural” (PROF C).

“É uma iniciativa necessária e pertinente e tem que ser feita de forma contínua em nosso país, já que ele é tão miscigenado, com forte influência histórica africana na formação étnica brasileira” (COORD 1).

Com base na fala dos professores eles têm um conhecimento superficial ou pouco conhecem sobre os diversos textos que embasam a abordagem da temática. Haja vista que na maioria das vezes, as diretrizes não contemplam um conjunto de ações, estratégias pedagógicas de modo a ser cumprida a lei, ações como incentivo a pesquisas

escolares sobre História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, organização e divulgação de lugares de memória que divulguem a cultura, entre outros.

Uma justificativa para não ter conhecimento dos documentos que regem o trabalho com a temática é o fato de terem concluído os estudos, seja em nível de graduação ou pós-graduação há alguns anos, quando ainda não se era dada tanta ênfase à temática negra dentro do ambiente escolar.

“Tenho conhecimento superficial da lei, mas já tive acesso ao texto, porém conheço muito pouco sobre as DCNs” (**PROF B**).

“Conheço superficialmente, pois faz anos que me formei e não tive uma formação continuada para que pudéssemos debater a temática e buscar conhecer melhor esses documentos” (**PROF C**).

Percebemos na fala dos sujeitos entrevistados que a implementação de políticas públicas voltadas à valorização do tema torna-se imprescindível para a melhoria das condições de trabalho do mesmo, e com isso a sua permanência no exercício de suas atividades laborais na carreira docente. Todavia, todas essas ações, com intuito de valorizar e motivar os profissionais da educação básica, ainda está sendo colocadas em prática, necessitando de acompanhamento e monitoramento para sua efetiva consolidação. Este aspecto é basilar, e nos permitiu um olhar diferenciado sobre o assunto, pois, será um grande desafio superar as fragilidades das políticas voltadas à educação com o intuito de valorizar a injustiçada classe dos profissionais da rede pública de ensino. Contudo, esse desafio não pode mais ser deixado em segundo plano entre as políticas públicas educacionais. Acreditamos que deva ser assumido com responsabilidade pelo poder estatal em benefício da valorização dos docentes que regem a rede de ensino básico.

No que se refere ao trabalho com a temática, de forma contextualizada nos mais diversos componentes curriculares, eles são enfáticos ao afirmar:

A temática é abordada especificamente em datas comemorativas, como Dia da Consciência Negra, Abolição da Escravatura etc. (**PROF A**).

Somente na disciplina de História, tendo como referência apenas o conteúdo do livro didático, e nas atividades de Artes (**PROF B**).

Não trabalho com a temática como estabelece toda a documentação que orienta a realização do trabalho, exceto quando encontro um conteúdo no livro ou quando a escola elabora um projeto na área, o que raramente acontece (**PROF C**).

Apesar de ter consciência de que os alunos necessitam conhecer mais a História e Cultura Africana

e a sua influência na formação da nossa cultura, a temática não é abordada como se deveria, deixando muito a desejar (COORD. 1).

Para os entrevistados, a não concretização da lei, da realização plena do trabalho com a temática no contexto da instituição, deve-se à falta de conhecimento da História da África, de sua cultura e de todo o processo de formação cultural do Brasil, assim como a ausência de cursos de capacitação, associada à falta de recursos e técnicas para a abordagem da temática, além do que os livros didáticos deixam a desejar com relação ao tratamento da História da África, Cultura etc.

Tópico II- O Trabalho nas escolas públicas com A Temática Cultura Afro-Brasileira E Africana.

É importante tratar tais assuntos na escola, como diz a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Sabemos que tais leis não saem totalmente do papel e só concretizam mediante a ação em conjunta de professores e alunos, que tendo acesso à formação sobre a temática racial na educação, buscam implementar alguns conteúdos em suas aulas, fazendo assim que as crianças reflitam desde cedo sobre a discriminação racial, a diversidade étnica, gerando debates, estimulando valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas. Enfim, insistimos que é necessário que o tema seja realmente implantado, e que alcance seu principal objetivo segundo a lei 10.639/03, que é a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias entre os brasileiros, começando desde cedo com alunos, professores, e todas as escolas unidas, a fim de que esse tema faça parte dos conteúdos do currículo escolar.

O Art. 26 da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2012) institui que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental, Médio oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo no § 1º que o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil

Quando questionamos sobre *a importância da cultura afro-brasileira na escola* os sujeitos enfatizaram que:

A cultura afro-brasileira é importante porque desempenha papel significativo em nossa sociedade e influencia diversos aspectos da vida cultural, artística, religiosa e política do país. (PROF A)
É importante porque as influências da cultura africana no Brasil estão presentes em nossas vidas de várias formas, com um papel importante na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. (PROF B)
É importante à medida que é realizada a inclusão da cultura e história afro-brasileira no currículo escolar como uma forma de contribuir para a construção de uma consciência crítica em relação às questões raciais. (PROF C)
A temática sobre racismo e cultura afro-brasileira está contemplada nas áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Por isso, é importante falarmos mais sobre o tema e também sobre a importância da especialização de professores em contexto amazônico. (CORD 1)
Entendo que é importante porque a cultura afro-brasileira é a identidade do povo brasileiro ao receber e misturar em sua própria cultura elementos vindos dos povos africanos, que chegaram em nosso país como pessoas escravizadas. É tudo que se criou a partir dessa influência e que inseriu essa etnia em nosso contexto social, histórico e cultural. (PROF D)

Assim, a escola é por excelência lugar de diversidade.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem papel crucial a desempenhar nesse processo (...), porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (Brasil, 1997, p. 21).

Cada cultura tem seu valor na sociedade e a sua contribuição registrada, de forma que não é possível passar despercebida. Segundo Barbosa (1998, p. 13), “a Educação poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo”. Em suma, o que determina a lei que rege a educação na maioria das vezes não é cumprido, omitindo uma educação democrática e fazendo com que a educação continue sendo excludente. Pouco foi feito e pouco ainda se faz, por inúmeros fatores, entre eles a segmentação do ensino e a grande quantidade de conteúdos nos currículos que não trazem a significância para o aluno.

Em 1997, quando foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre pluralidade cultural, foi feito o registro da dificuldade de abordagem da temática nas escolas. Historicamente, registra-se dificuldade para lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por mitos que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta democracia racial (Brasil, 1997, p. 20).

É possível perceber dentro da Educação movimentos que vêm contribuindo para o ensino da pluralidade cultural, da empatia e do respeito às diferenças, levando-nos a refletir sobre a importância e a contribuição dessas culturas na formação do povo brasileiro em diferentes tempos.

Partindo da premissa que a arte desenvolve o aluno em seus sentidos e promove seu desenvolvimento cultural, conforme previsto na LDB (Lei nº 9394/96, Art.26, § 2º), ela é fundamental para trabalhar o conteúdo e o resgate da cultura afro-brasileira.

Segundo Souza (2010, p. 3),

A arte pode favorecer a formação da identidade e de uma nova cidadania de crianças e jovens que se educam nas escolas, contribuindo para a aquisição de competências culturais e sociais no mundo no qual estão inseridos. O objetivo a que se propõe o ensino de Artes, em toda a sua especificidade prevista na forma de lei, é essencial para a construção da cidadania.

O desenvolvimento de atividades referentes a esse conteúdo provoca, na maioria dos alunos, o reconhecimento de sua identidade e, conseqüentemente, a valorização dos aspectos culturais, que ainda hoje estão impregnados em nossa sociedade.

Para que sejam desenvolvidas atividades sobre a cultura afro-brasileira, faz-se necessário abrir mão de qualquer tipo de preconceitos e até mesmo de proselitismos para que a abordagem seja tranquila sem alteração de ânimos.

O intuito de tal estudo, nas salas de aulas, está circunscrito justamente ao resgate cultural de um povo que outrora fora excluído de nossa sociedade e marginalizado, porém que muito contribuiu para a formação de nosso país, caracterizado pela diversidade cultural. A cultura desse povo foi objeto de perseguição e preconceito; sua prática e sua manifestação tinham forte significado para os afro-brasileiros e outro para o restante da sociedade, de acordo com as informações de Conceição (2010).

A terceira questão da entrevista discorreu sobre *como está sendo trabalhada as manifestações artísticas de origem afro-brasileira e quais as dificuldades para a realização?* Os sujeitos relataram que:

Desenvolvemos na escola atividades em que estudantes negros e negras possam se sentir acolhidos, perceberem-se como contribuidores da história e da sociedade, trazendo nas atividades a noção de pertencimento e orgulho, principalmente quando é evidenciado as histórias de luta e resistência. Nos planos os estudantes brancos e brancas percebem-se como mais um grupo da sociedade. Isso contribui para o empoderamento dos primeiros e a quebra de um ideal humano para os segundos. Afinal, todos passam a se sentir outros e iguais na relação de pertencimento da sociedade. **(PROF A)**

A inclusão de pautas afirmativas no currículo escolar e a ampliação do debate proporcionam aos alunos reconhecimento de sua identidade, autoaceitação e resgate cultural da sua ancestralidade. Mas aqui na escola, sinto muita dificuldade por não termos recursos nem materiais para trabalhar

de forma diferenciada e criativa. (PROF B)
Trabalhamos de forma interdisciplinar para que os alunos passam a se perceber, a reconhecer sua negritude como característica estética, histórica e cultural, passando a se aceitar. Principalmente quando trabalhamos evidências positivas e representatividade negativa e quando ensinamos que o problema do racismo é estrutural, institucional e até mesmo cotidiano. (PROF C)

Nas falas é visível que a falta de recursos didáticos com maior atenção ao tema torna-se um indicador de dificuldade para o trabalho docente. Em relação a esta questão, ressaltou-se a falta de publicações no MEC com propostas pedagógicas e de instrumentos práticos para a aplicação em sala de aula, o que leva o professor a trabalhar com os recursos pedagógicos que tem em mãos.

Vale ressaltar, que durante a imersão in lócus percebeu-se que os professores de História que se encontram no exercício de sua profissão sentem dificuldades diante de certas situações de preconceito, isso se deve ao processo de assimilação de uma ideologia superior, imposta no âmbito escolar, já que quando eram educados, foram ensinados a perceber a vida do negro a partir da sua vinda ao Brasil para argamassar a economia de seus senhores mediante um trabalho duro e árduo. (escravidão).

Do ponto de vista dos sujeitos entrevistados, a falta de recursos financeiros é outro indicador de dificuldade para realização de trabalhos com as manifestações, pois poucas Secretarias de Educação indicaram o recebimento de recursos financeiros específicos para formação neste tema, o que leva muitas vezes a precariedade de apresentações como teatro, música, gincanas dedicados aos dias que representam a cultura negra, como por exemplo, o dia da consciência negra.

O surgimento de projetos ligados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, na maioria dos casos, teve início com iniciativas individuais, geralmente de professores que passaram por algum processo de formação sobre a temática, que tiveram experiência de militância no movimento negro ou por professores negros. A aprovação da lei, ainda que cercada de pouca informação sobre os documentos que regulamentam a alteração da LDB, favoreceu o envolvimento crescente de coletivos de professores nas práticas pedagógicas voltadas para o assunto nas escolas acompanhadas (GOMES, 2012, p. 345).

Percebe-se que, ao enfrentar tais questões, os educadores se deparam com grandes desafios que decorrem da necessidade de se desfazer os pensamentos equivocados que deturpam as culturas de origem africana nas áreas onde se

desenvolveram relações de trabalho escravo. O desafio decorre, ainda, da urgência de se analisar os esquemas de violência que perpassam as relações entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, de se estudar e de se vivenciar as culturas africanas e afrodescendentes como realidades dialéticas, dispostas no jogo social, permeadas por contradições e em constante processo de reinterpretação de si mesmas.

É nítido, que dentro da escola constantemente ocorrem casos de discriminação, onde na maioria das vezes, os educadores tentam camuflar a prática do preconceito dizendo: “o que é isso meu filho? Respeite o seu colega, ele é igual a você!” Esta é uma prática que acaba deixando o aluno sem autoestima, pois o professor deve buscar mecanismos que minimize ao máximo essa prática em sala de aula. Mostrar que fenotipicamente eles são sim diferentes, mas que o seu colega atingido preconceituosamente, tem uma História, uma identidade deixada por seus descendentes que o engrandecem enquanto seres humanos que são, e que são tão importantes quanto outras pessoas.

Nas observações dos planejamentos dos professores constatou-se que as datas comemorativas, especialmente o 20 de novembro, é o principal recurso de mobilização para a construção de projetos interdisciplinares. No que diz respeito ao enraizamento das práticas, notou-se que a inclusão do tema no projeto político-pedagógico da escola, bem como o envolvimento de grupos culturais da comunidade, fortalece de forma significativa a implementação. É quando de certa forma toda a escola juntamente com a comunidade são envolvidas nesse projeto de diversidade cultural. Podemos constatar nas figuras de 1 a 3 as manifestações dos alunos da referida escola, o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares na escola:

Figuras de 1 a 3: Desenvolvimento dos projetos interdisciplinares na escola sobre projetos ligados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.



Figuras de 1 a 3: Desenvolvimento dos projetos interdisciplinares na escola sobre projetos ligados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Fonte: pesquisa de campo, 2023

De acordo com os sujeitos da pesquisa, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nas escolas estão muito voltados para a formação étnica, e a diversidade cultural dos grupos existentes na escola e na comunidade. O que indica “a necessidade de avançar no debate conceitual sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira” (GOMES, 2012, p. 354). As atividades desenvolvidas na escola e que levantam discussões ajudam na introdução do assunto e no engajamento dos alunos. O uso de recursos mais visuais como exibição de imagens, filmes e documentários, é sem dúvida um artefato importante na descolonização do olhar dos estudantes em relação a cultura africana e a pessoa negra.

Nesse pensar, a escola é um espaço de diversidade e de convivência de crianças e jovens de diferentes origens. Para além dos estudos e conquista de conhecimentos, é um local para a formação de cidadãos. Logo, seu papel é crucial na superação de preconceitos e na promoção de uma educação antirracista. Mas, para que isso ocorra, é necessária uma mudança de comportamento em sala de aula. Fazer com que os alunos possam entender que o racismo faz uso dos estereótipos que atribuem superioridade a um grupo e, por consequência, inferioridade ao *outro*. Deixando claro que não há mais um ideal humano a ser seguido, mas a percepção da diversidade histórica e cultural dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

Romper a perspectiva da ética junto a moral para trazer um enfoque conceitual possibilitaria aos estudantes compreenderem a relação histórica entre o continente africano e o brasileiro no passado e no presente, assim como do continente africano com o mundo. Isso é uma chave interpretativa importante de nossa constituição como sociedade, além de fornecer elementos importantes para a construção e interpretação do próprio pertencimento do aluno e de sua identidade étnico-racial.

A formação inicial e contínua de professores na perspectiva da diversidade étnico-racial foi indicada nos diversos depoimentos como um dos principais elementos para uma mudança de práticas e posturas racistas. Para a equipe de pesquisadores, tal fato indica a necessidade de que a formação continuada seja seriamente rediscutida, isto é, o direito de profissionais da educação à sua formação e qualificação em seu próprio local de trabalho (GOMES, 2012, p. 355-356).

A educação das relações raciais tem o potencial de qualificar a educação brasileira. Não se trata apenas de cumprir uma normativa: ensinar história e cultura africana e afro-brasileira é situar o Continente Africano na escala mundial, fato que culminou na definição em 2015, pela ONU, da Década Internacional dos Afrodescendentes, com término previsto para 31 de dezembro de 2024. Esta indicação coloca em relevo que, apesar dos esforços empreendidos pelos Estados-membros, milhões de seres humanos seguem sendo vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de várias formas de intolerância.

Importante destacar que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas das relações étnico-raciais não se limitam à escola; exigem esforços da sociedade como um todo. De acordo com as Diretrizes Curriculares, as relações étnico-raciais deverão criar oportunidades de aprendizagens, trocas de conhecimentos, desenvolvimento de projetos que visem à construção de uma sociedade justa, igualitária, equânime para os diferentes grupos étnicos. O Art. 26 da Lei nº 10.639/03 institui que

Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo no § 1º que o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2012).

Assim, o ambiente escolar é um local que agrupa diversos seres humanos com as mais variadas divergências. Emergindo assim um grave problema: Já que somos

considerados racionais, atribuímos a nossa personalidade um tom de verdade. E quando vislumbramos o outro como diferente ao nosso comportamento, criamos obstáculos e discriminamos este ser, achando que ele se torna uma ameaça a nossa integridade. Tal situação tem como suporte no etnocentrismo. Ou, ainda poderia se dizer que etnocentrismo é: “visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, considera os outros, de algumas formas diferentes, como inferiores”. (ROCHA 2007, p. 19)

Sobre a questão realizada aos participantes intitulada *qual o incentivo dos educadores a trabalhar em sala de aula com as manifestações artísticas fazendo o resgate da cultura afro-brasileira*, os respondentes enfatizaram que:

‘Reconheço a importância das manifestações artísticas nas escolas, mas não temos muitos recursos para trabalhar recursos metodológicos: filmes, jogos, brincadeiras, a oralidade marca das tradições africanas’ **PROF 1.**

“Não recebemos nenhum tipo de incentivo. Nem formação para isso, apenas buscamos por conta própria atualizar nossos conhecimentos e as vezes com recursos próprios”. **PROF 2.**

“Apesar da tentativa das políticas públicas educacionais em acabar com os diversos tipos de discriminação, o preconceito racial ainda não foi silenciado, apresentando maior destaque dentre os demais. Sem incentivo e recursos para trabalhar nas escolas longínquas isso fica mais difícil.” **COORD 1**

Visualizamos que a diversidade no ambiente escolar tem sido tratada como algo democrático, porém a escola tem formado pessoas preconceituosas, racistas e intolerantes às diferenças sociais, descumprindo seu papel de educar. Nesse sentido, a escola passa a ser um local de exclusão e não de formação de cidadãos. Todos esses conflitos confirmam a necessidade de uma educação crítica que contemple a diversidade (FERREIRA, 2008). Para tanto é preciso preparo dos professores para lidar com questões científicas, étnicas, raciais e culturais.

Na escola observamos muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, onde muitas vezes o profissional não consegue minimizar o problema por falta de experiência, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade, pois ele fica perdido, sem saber como reagir em momentos em que exigem a sua intervenção para que o problema não se torne uma agressão mais séria. “Essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã”. (MUNANGA 2008, p. 11)

Sabemos que muitos professores não têm a oportunidade de fazer um curso de qualificação voltado para relação étnico-racial, por esse motivo os mesmos deixam a desejar quando se trata da temática em questão, e muitas vezes, por falta de preparo ou por preconceitos introjetados, alguns professores não sabem se aproveitar das situações flagrantes de discriminação racial na escola. Há momentos pedagógicos privilegiados para discutir a diversidade e conscientizar alunos sobre sua importância e riqueza, onde o objetivo de todos é dar sua contribuição e ajudar nesse processo transformador tão necessário e urgente.

Segundo Rocha (2008, p. 58)

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógico que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações é uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo.

Sabemos que é difícil, mas nunca impossível, construir subsídio de peso para ajudar os professores a desencadear um processo de superação do racismo na Escola. Por isso é que nos programamos a procurar meios de realizar ações afirmativas no combate ao racismo, a discriminação e ao preconceito que vitimizam a comunidade escolar negra. Para tanto, é preciso formar grupos de trabalho para propor ações destinadas à valorização da comunidade escolar negra, indicando pistas de como os professores e alunos podem, em conjunto, desenvolver mecanismos pedagógicos eficazes para a superação das desigualdades, para a elevação da autoestima dos alunos para o reconhecimento da diversidade com fator aglutinador dos diferentes.

Para Munanga (2008, p. 17).

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

A escola tem o papel de formar o aluno para o exercício de cidadania, do trabalho e continuar aprendendo ao longo da vida. Esta é a orientação da Lei de Diretrizes de Bases e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino no Brasil. Ampliar a cidadania é um dos objetivos principais que devem orientar o trabalho pedagógico, e por causa disso, a escola tem que buscar o desenvolvimento de competência e habilidades que permitam compreender a sociedade que vivemos. Mas esta sociedade deve ser entendida como uma produção “dinâmica” dos seres humanos, um processo permanente de construção e reconstrução. O entendimento deste desenvolvimento da cidadania também significa a capacitação para saber avaliar o sentido do mundo em que se vive, os processos sociais e o papel de cada um nesses processos.

Para Coelho (2008, p. 103).

Ainda que a perspectiva e os procedimentos do professor possam ser considerados tradicionais, e inegável existência de certa coerência entre o conceito adotado de cidadania e a prática pedagógica. Uma vez que seu conceito informa uma concepção de cidadão ativo, capaz de situar-se diante de dificuldade, de formar opiniões próprias, de ler o mundo, de distinguir o “verdadeiro e o aparente”, sua prática pedagógica não se encaminha para a transmissão de regras e para o condicionamento de comportamento, mais para a construção de competências e a habilidade que permitam ler o mundo e interpretá-lo.

O papel da escola é buscar meios através de bibliografia sobre as questões étnicas e raciais, eleger o tema para discussão em grupo de estudos e fomentar a criação de cursos para que os professores, técnicos, alunos, ou melhor, a comunidade escolar como um todo, possa se aprofundar nas causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a História da África antes da escravidão. Enfocando as contribuições dos afrodescendentes para o desenvolvimento da humanidade.

A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos. Só assim haverá o reconhecimento da existência, da necessidade de valorização e do respeito ao afrodescendente e a sua cultura dentro da escola.

Diante das análises das falas e dos registros ficou evidenciado que devemos aprender sobre nossa história com a questão racial, da Educação Básica até a formação universitária. Os professores devem questionar currículos eurocêntricos, criticar livros didáticos que não abordem a diversidade histórica e cultural de nossa sociedade. Devem

evidenciar os silêncios e a marginalização, porque pensar a educação antirracista é pensar projetos mais amplos de sociedade.

Deste modo, cabe às escolas públicas e privadas escamotear com os caminhos eurocêntricos de ensinarem os educandos no que se refere à verdadeira contribuição dos negros na construção da nação brasileira. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde está se encontra e a que serve, assim sendo os sistemas de ensino devem conduzir ações que proporcionem aos professores cursos de formação que lhes permitam aprofundar seus níveis de estudos fomentando suas competências e habilidades diante de suas práxis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em toda a discussão realizada e da análise da pesquisa, pode perceber-se que, 10 anos depois da promulgação da Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei nº 9.394/96, e da elaboração das Diretrizes, ainda existem muitos desafios a serem superados para que o texto da Lei e das Diretrizes se concretize plenamente, de forma a levar conhecimento a todos sobre esse continente que teve sua gente explorada no Brasil e em outros países, mas que contribuíram para o nosso enriquecimento cultural, na culinária, na dança, na música etc.

Acreditamos que mais do que reconhecer a cultura e valorizar, é necessário respeitar as diferenças e acabar com certos estereótipos, promovendo a justiça social e reconhecendo os negros e sua descendência como pessoas com direitos e deveres, que contribuíram e contribuem para a formação do nosso país.

Compreender como se estruturam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como os princípios que as norteiam, é fundamental para a inserção da temática em sala de aula, uma vez que ela vem se tornando um dos elementos essenciais para que seja feito o caminho pelo qual se construiu uma imagem negativa dos povos africanos e, a partir daí, desconstruir ideologias e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que permeiam a sociedade contemporânea.

Assim, reconhecer e valorizar as contribuições africanas, desde a antiguidade ao período contemporâneo, utilizando diferentes recursos metodológicos (filmes, mapas, textos, jogos, brincadeiras, a oralidade marca das tradições africanas), pode contribuir para a efetiva positivação da história da África e da cultura afro-brasileira, ao quebrar a

estrutura racista introjetadas na maioria dos currículos escolares, sendo esse o caminho mais seguro para compreender e conviver com as diferenças e promover a cidadania.

Dessa forma, todas as práticas criativas envolvendo a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, uma vez incorporadas de forma correta nas atividades escolares, despertará nos alunos a urgência do sentimento de pertencimento e sentimento de identificação com a cultura brasileira em suas múltiplas faces e formas. Ainda se percebe muito o que se fazer, para romper com essa história cristalizada, fragmentada, preconceituosa e injusta, ao afastar alienações e legitimar nossa história.

Portanto, a presente pesquisa certamente nos impulsionará a repensar essas questões e a observar cada vez mais as nossas missões enquanto sujeitos históricos.

REFÊRENCIAS

BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: junho, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001.** São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conheça cidades e estados do Brasil: Amazonas.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em maio 2023.

FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **PEAB – Projeto de Estudos Afro-Brasileiros: contexto, pesquisas e relatos de experiências.** Unioeste, Cascavel, 2008. ISBN: 978-85-7644-120.

GOMES, N. L. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos.** *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, p. 98-109, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. **A Experiência com a Lei Nº10.639/03 CEFET-PA: Formação Inicial e Continuada.** IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, Mauro Cezar (Org.). *Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade.* Belo Horizonte: MAZZA, 2008.

SANTOS, Lorene dos. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10. 639/03.** In: PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (orgs). **Ensino de História e cultura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.